

A FORMAÇÃO DO ECONOMISTA (1)

EUGENIO GUDIN

Convidado por V. Ex.^a. Sr. Diretor, a pronunciar esta Aula inaugural, a minha primeira reação foi a de ponderar que outros colegas havia que maiores e melhores novidades poderiam dizer.

Lembrei-me, entretanto, de duas circunstâncias. Primeiro, da generosa intenção que inspirara o convite, por ser esta a última oportunidade que eu teria de falar perante êste auditório, já que a compulsória vai forçar-me, dentro de poucos meses, a abandonar o exercício efetivo do professorado. V. Ex.^a quis assim dar-me a oportunidade dêste canto do cisne.

Segundo, o fato de se completarem agora dez anos de execução do regime de estudos das Ciências Econômicas consubstanciado no Decreto-lei n.º 7988 de 22 de setembro de 1945 e de ter eu sido um dos propugnadores do plano de estudos constantes daquele decreto. Não estou com isso pretendendo, de forma alguma, monopolizar a paternidade dos trabalhos e estudos de que resultou o programa de ensino ali adotado. Para só citar alguns dos outros colaboradores mais diretos, mencionarei o Professor Otávio Bulhões aqui presente, o Professor Maurice Byé, da Faculdade de Paris e o Professor Gottfried Haberler, da Universidade de Havard.

Foi compreendendo êsses dois motivos da escolha de V. Ex.^a, ao convidar-me para dar esta aula, que não hesitei em cumprir a sua honrosa determinação.

Assim sendo, pareceu-me oportuno adotar como tema da aula o exame retrospectivo ao fim de dez anos de experiência, da eficiência demonstrada pela prática do regime constante do diploma legal de 1945.

(1) Aula Inaugural dos Cursos da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, 1956.

Seja-me permitido nesta altura, Sr. Diretor, relembrar que eu, como os demais colegas brasileiros de então, tínhamos perfeita consciência de nossa condição de autodidatas, de vez que ainda não havia organização de estudos econômicos entre nós. Não tínhamos portanto, nenhum de nós, qualquer pretensão de omnisciência ou de infalibilidade.

Quanto a mim, nesta hora de exame de consciência e de canto do cisne, devo confessar que não fui levado aos estudos de economia por vocação espontânea. O que me encaminhou para a rota difícil, complexa e não raro árida, do estudo de Ciências Econômicas foi um sentido de espírito público e de dever cívico muito mais do que de vocação. Porque eu sentia, há 30 anos atrás, quando comecei a enveredar pelo estudo dêste ramo de conhecimentos humanos, que era preciso que alguns brasileiros se dedicassem seriamente ao estudo de uma matéria que tão grande influência e tantas repercussões podia ter sobre o padrão de vida, ainda tão lamentavelmente baixo, do povo brasileiro. Foi êsse sentimento de solidariedade humana que me orientou para os estudos econômicos.

O meu caso não é aliás singular. Para só citar outro exemplo, em plano muito mais elevado, mencionarei a referência que se encontra na biografia do grande Alfred Marshall, escrita por Lord Keynes. Marshall, refere Keynes, foi levado aos estudos econômicos pelo "generoso impulso para colaborar na grande tarefa de aliviar a miséria e a degradação das classes pobres da Inglaterra".

Não vejam aí os meus ilustres colegas qualquer ridícula pretensão de minha parte de me comparar a Marshall. Não. A analogia restringe-se ao episódio. É como o caso daquele francês que dizia: "je suis un type dans le genre de Voltaire; j'aime beaucoup le café".

Procedendo ao exame de consciência, a que acima me referi, sou de opinião de que o estatuto regulador dos estudos de Ciências Econômicas constante do Decreto 7988 não carece de reforma.

Não importa isso em considerar satisfatório o ensino que hoje aqui se ministra. Ao contrário, considero-o eivado de graves deficiências. Mas suas deficiências não decorrem do estatuto e a correção de suas falhas não está na dependência de uma reforma de estrutura.

O estatuto de 1945 representou um incomparável progresso sobre os cursos de Administração e Finanças que haviam sido criados pela lei de 1931.

Não hesito em dizer que êle correspondeu a uma necessidade nacional.

Com a só exceção de alguns cursos de Economia Política que se professavam na Universidade do Distrito Federal, regidos por ilustres professores franceses, pode-se dizer que o ensino das Ciências Econômicas em nosso país até 1945 se limitava a uma cátedra de Economia Política na Escola Politécnica e a uma outra nas Faculdades de Direito, a primeira com o vício usual de origem, de hipertrofia matemática e a segunda uma mistura de noções de Direito, de Filosofia e de Literatura.

Na Comissão de Planejamento Econômico criada pelo Govêrno em 1945, a quase totalidade dos seus membros não tinha conhecimento do que era renda nacional, nem se dispunha naquele tempo de quaisquer algarismos capazes de traduzir, com alguma seriedade, a ordem de grandeza do produto nacional.

Pode-se afirmar sem exagêro que o estatuto de 1945 correspondeu, na realidade, à criação dos cursos de Ciências Econômicas no Brasil.

E se bem que o nosso ensino ainda seja consideravelmente inferior ao que se ministra nas boas faculdades americanas e européias, pode-se dizer que, do ponto de vista da estruturação êle pode ser considerado como precursor de reformas do ensino de Economia em outros países. Na França, por exemplo, onde um grupo de ilustres economistas há muito se bate pela criação de um curso especializado em Ciências Econômicas, só agora se conseguiu que o estudo dessas ciências fôsse objeto de um regime especial nos dois últimos anos dos quatro que constituem o curso das Faculdades de Direito. Na Inglaterra, se bem que a estrutura do ensino seja diversa, acabo de ler no último número do "Economic Journal" um artigo do eminente Professor Lionel Robbins, em que êle se bate pela extensão do programa de estudos de Ciências Econômicas de 3 para 4 anos.

Permita-me, Sr. Diretor, acentuar a idêfictível tendência em nossa terra para atribuir os nossos males aos defeitos das leis que nos regem e não à maneira por que essas leis são executadas. Isto se verifica em todos os escalões.

Será porventura a Constituição responsável pelas graves desordens políticas que ainda há pouco presenciemos? Será ela responsável pela demagogia partidária, pelas emissões desregradadas

de papel-moeda, pela desordem econômica, pelo provimento de cargos públicos pelo sistema dos "spoils", que nos Estados Unidos deu lugar ao assassinato do presidente Garfield? Evidentemente não.

Mas quando se trata de remediar êsses males e essa desordem, oriundas da incapacidade dos homens, apela-se, invariavelmente, para as reformas das instituições, o que lembra o caso daquele alemão da anedota que resolvia a crise de sua grave situação doméstica, vendendo o sofá. O que falta não são as boas leis e sim, como se diz na peça de Octave Mirabeau, "la façon de s'en servir". E a aprendizagem da "façon de s'en servir" no campo político como no da educação, depende da sedimentação de cultura que só o progresso da civilização proporciona.

A Ciência Econômica como a Ciência Médica, com a qual tem grandes analogias, não pode ser condensada num manual de regras ou regulamentos aplicáveis a qualquer caso. O que a Faculdade pode e deve dar ao economista é uma caixa de ferramentas e ensinar-lhe a maneira de utilizá-las para a análise dos fatos econômicos, à luz de uma soma de conhecimentos teóricos essenciais.

Procedida a análise, feito o diagnóstico, vem então a terapêutica cuja execução prática no plano macro-econômico, já escapa, as mais das vezes, à ação do economista.

A Ciência Econômica, talvez a mais positiva das ciências sociais, não escapa entretanto ao grau de complexidade que as caracteriza. Quando um astrônomo aprende uma vez a determinar uma latitude ou uma hora ou quando um engenheiro aprende a calcular uma viga metálica de determinado tipo, êles podem repetir a operação tantas vezes quiserem porque a solução é sempre a mesma.

Mas quando um médico tenha estudado o complexo funcionamento do organismo humano, ou quando um economista tenha se assenhoreado dos fundamentos da análise e das teorias econômicas, a aplicação dêsses conhecimento exige, em cada caso especial, uma grande capacidade de discernimento, de critério e de perspicácia para formar diagnóstico seguro e indicar tratamento adequado em cada caso específico.

A formação do economista é portanto um problema complexo que demanda e exige um esforço especial de mestres e alunos.

As duas grandes deficiências do ensino desta Faculdade e, provavelmente de outras faculdades desta Universidade, são:

1.º) — O professor de tempo parcial;

2.º) — Pior, o aluno de tempo parcial.

É excusado repetir lugares-comuns para justificar êstes dois postulados.

O caso do tempo parcial do professor é de difícil solução, nas condições que prevalecem em nosso país, por várias razões:

a) a relativa escassez de homens eminentes nas grandes profissões, de Medicina, da Engenharia, de Direito e da Economia, faz com que eles sejam fortemente solicitados por vários setores das respectivas atividades profissionais;

b) porque ainda não se criou entre nós a verdadeira consciência do professor universitário, que vive dentro do "campus", para o estudo, para a pesquisa e para os alunos, conformando-se com um padrão de vida modesto;

c) porque no Brasil as universidades são em número excessivo e portanto financeiramente mal dotadas, não podendo oferecer uma remuneração satisfatória aos professores.

Basta o enunciado dêstes três motivos para compreender quanto será difícil modificar êsse estado de coisas e conseguir o professorado de tempo integral.

O professor de tempo parcial representa uma séria deficiência para o ensino universitário. Mas essa deficiência não é irremediável. Desde que o catedrático assuma a orientação do ensino de sua cátedra, acompanhe e auxilie o trabalho dos professores adjuntos, assistentes e instrutores, será possível ministrar um ensino satisfatório, apesar do tempo parcial.

Uma providência, relativamente fácil de adotar e que muito contribuiria talvez para atrair o professor a se demorar na Faculdade em que ensina, seria a de proporcionar-lhe, como em qualquer universidade americana ou inglesa, um gabinete próprio, com facilidades de dactilografia, de secretária e também, claro é, de uma boa biblioteca.

O caso do tempo parcial do aluno é mais sério e de bem mais difícil solução.

Com o aluno de tempo parcial, que só dedica as manhãs à Faculdade, para as aulas teóricas de cinco ou seis disciplinas, não há tempo para os seminários e, menos ainda, para os estudos ou trabalhos práticos absolutamente essenciais.

O aluno de tempo parcial não tem tempo nem forças para ler o indispensável. Basta ver nos programas das Universidades americanas, a quantidade de leitura exigida por cada cátedra, para ter-se idéia do número de horas que o aluno ali deve consagrar ao estudo.

Com o aluno de tempo parcial, *mesmo se houvesse* biblioteca bem provida e organizada, *não haveria* tempo para frequentá-la.

Por que meios se poderia remediar uma tal situação?

1.º) — Em certas universidades estrangeiras tem-se recorrido aos cursos noturnos, para os alunos que não dispõem do dia para os trabalhos universitários. Mas nesse caso, o número das matérias dos cursos noturnos é reduzido à metade ou cêrca de metade; em vez de seis disciplinas, 3 ou 4; em vez de 3 ou 4 anos de cursos, 6 ou 7.

2.º) — Incrementar por todos os meios, inclusive por provisão orçamentária da própria Universidade, o número de bolsas a serem concedidas aos alunos que demonstrem capacidade e que não têm recursos para estudar.

São êsses os dois meios possíveis para contornar a dificuldade dos alunos de tempo parcial. Um reduz a tarefa ao tempo disponível; outro remove as causas do tempo parcial e proporciona tempo integral. O que não é possível é pretender ministrar o ensino sem o tempo absolutamente indispensável.

Há ainda três providências de caráter complementar cuja adoção facilitaria a meu ver apreciavelmente o trabalho dos alunos.

1.º) — A organização e instalação de uma boa biblioteca, bem provida de vários exemplares dos principais livros recomendados pelos catedráticos como leitura obrigatória. Uma biblioteca confortável para o trabalho do aluno, bem iluminada, bem ventilada, ampla e silenciosa.

2.º) — Julgo que seria de grande proveito a introdução da instituição do "tutor" como nas universidades inglesas, onde prestam

grandes serviços aos alunos, orientando seus trabalhos, e procurando remover algumas de suas dificuldades.

Também me tem impressionado os resultados obtidos, em alguns estabelecimentos de ensino secundário, da intervenção do "orientador educacional" e do "médico" nos casos múltiplos que são, de alunos deficientes quer do lado do desenvolvimento intelectual, quer do lado da estabilidade emocional. O aluno deveria receber de sua universidade muito mais "assistência pessoal" do que recebe.

3.º) — Urge tratar da verdadeira criação e organização das universidades, não só no papel como até agora, mas na realidade. A universidade com a sua vida própria, com o seu "campus", com seus clubes, com seus esportes.

4.º) — Parece-me também indispensável manter, dentro da Universidade cursos gratuitos ou quase gratuitos das principais línguas indispensáveis ao estudo universitário: o francês, o inglês, o alemão sem falar no espanhol e no italiano, para os quais temos especial facilidade de assimilação.

Este conjunto de providências representaria, penso eu, uma contribuição importante para melhoria do nosso ensino universitário.

Há ainda um problema específico de ensino da nossa Faculdade, isto é, da formação do economista, que me parece de especial utilidade ventilar.

É o que se poderia chamar do "investimento educacional", no sentido da eficiência social da Faculdade, ou seja, do resultado prático do trabalho de nós todos para formar e produzir bons economistas para o Brasil.

É que a experiência tem mostrado que ao passo que os melhores alunos de cada turma, aqueles que realmente adquiriram capacidade profissional, encontram grande facilidade em se colocar, os demais, que representam talvez 90% em média dos que se formam, não conseguem se integrar satisfatoriamente na profissão. Médicos ou engenheiros medíocres sempre encontram algum "emprego" de Governo ou de autarquia ou de instituto. Mas tais empregos não existem para os economistas.

Neste caso, quase 90% do nosso esforço, da nossa despesa da nossa própria razão de existir, resultariam em desperdício.

Este problema não é, aliás, peculiar ao nosso caso brasileiro. No último número do "Economic Journal", há um artigo do conhecido professor Lionel Robbins, novo Presidente da "Royal Economic Society", em que o eminente professor diz que para os primeiros e também para os bons segundos, dos alunos que saem da London School of Economics, a colocação é sempre muito fácil, ao passo que para os demais ela é precária, senão impossível.

Observa então Robbins que ao fim do primeiro ou segundo ano de estudo, verifica-se a existência de uma maioria de alunos que nunca atingirão o nível de cultura e de preparo necessários para o exercício eficiente da profissão. Por que então forçar êstes alunos a penetrar nos árcanos da teoria da utilidade, da manipulação das curvas de indiferenças, da teoria dos ciclos etc.? "Por que tentar amarrar", pergunta ainda Robbins "êsses alunos ao leito de Procusto de tôdas essas complexidades, só acessíveis aos alunos de boa inteligência e que tenham adquirido uma sólida educação secundária e um conhecimento seguro das matérias básicas do curso de Economia"?

Seria muitas vezes o caso, penso eu, de explicar aos candidatos e aos alunos que iniciam o curso da Faculdade que há duas espécies de estudos econômicos, entre os quais êles deveriam escolher. Há os economistas, propriamente ditos, de formação integral, destinados a preencher os quadros dos serviços de estudos e pesquisas econômicas, dos ministérios federais, dos centros de estatísticas, do Banco Central e dos grandes bancos, dos Institutos, das grandes empresas, etc. para os quais se requer preparo e capacidade especiais, que nem todos podem adquirir.

Mas há outras atividades econômicas também de grande utilidade para o país, que não exigem um grau tão elevado de conhecimento. É o caso da "administração dos negócios", como o caso da contabilidade superior.

Tenho visto casos de inúmeros alunos que entram para esta Faculdade com o propósito de adquirir conhecimentos que lhes facilitem o progresso nas carreiras do Comércio, da Indústria ou dos bancos e que teriam muito maior proveito em se dedicar aos estudos de "business administration".

Estas considerações tornam talvez oportuna uma definição dos contornos e limites da profissão do economista.

O exercício dessa profissão está a meu ver sofrendo de duas graves incompreensões. A primeira, por parte de grandes empresas, de grandes indústrias, de bancos, etc. que não deveriam deixar de ter um ou mais economistas em suas organizações. Para se ter uma idéia do grau dessa incompreensão, basta citar o fato de que o Banco do Brasil não possui até hoje uma secção de estudos econômicos devidamente organizada e capaz de pôr diante dos olhos do Presidente e dos Diretores informações e dados do maior interesse para orientação das atividades do Banco.

De outro lado, uma incompreensão em sentido por assim dizer contrário, da invasão do campo dos debates econômicos, por amadores sem qualquer preparo. O fato de se exercer atividade econômica no Comércio, na Indústria, nos Bancos, na Agricultura é considerado suficiente para opinar sobre os problemas econômicos do país. Seria como se os práticos de farmácia pretendessem exercer a Medicina; eles lidam diária e constantemente com receitas, prescrições e medicamentos; mas o que se pensaria de um país em que a direção de enfermarias e hospitais ou o exercício da clínica médica e cirúrgica fôsse confiada aos práticos de farmácia?

Exerci durante quase 30 anos atividades de engenheiro, de comércio e de indústria e confesso que daí não retirei cabedal algum de conhecimento dos fenômenos econômicos, que só mais tarde os livros e o estudo de muitos anos me trouxeram.

Nem se diga que esta minha observação resulta do desejo de encerrar os economistas numa torre de marfim. Creio que sou insuspeito a êsse propósito, porque poucos economistas têm desenvolvido maior esforço do que o meu para procurar vulgarizar os principais elementos e as noções mais simples dos problemas econômicos. Mas mesmo para essa vulgarização, e talvez especialmente para ela, é indispensável ter o domínio da teoria econômica e a compreensão científica dos fenômenos econômicos.

O caso dos banqueiros é a êsse respeito característico. Do fato de que eles lidam com moeda, concedem crédito e recebem depósitos conclui-se que eles estão habilitados a dirigir a Economia do país. Mas acontece, por desgraça, que dentro do próprio âmbito bancário, o funcionamento do Sistema Bancário como um todo é *muito diferente* do funcionamento de um banco isolado. Isto sem falar no desconhecimento (por nunca terem estudado) da teoria da macro ou da micro-economia (economia de um país ou economia de uma empresa).

Ninguém chamaria para tratar da saúde de um filho, um pseudo-médico que nunca tivesse estudado anatomia, fisiologia, patologia, etc. Mas para dirigir a economia do país, não se hesita em chamar pessoas que nunca viram uma faculdade ou um livro de Economia.

Uma invasão de outra natureza — esta, vamos dizer, de cima para baixo, em vez da que acabamos de citar, que é de baixo para cima — é a dos que pretendem resolver problemas econômicos com o invariável recurso à Matemática, como se se tratasse de Ciências Físicas ou de Astronomia.

Permite-me aqui a citação de um trecho de um excelente trabalho do grande professor de Economia e também ilustre matemático K. Boulding, da Universidade de Ann-Arbour, publicado num dos últimos números do "Quarterly Journal of Economics". "Para aqueles que consideram a predição como o teste supremo do sucesso em ciência e, especialmente para os enamorados da predição incondicional, as deficiências das ciências sociais parecem evidentes, não sendo portanto de surpreender que eles tentem por todos os meios tornar os seus sistema "Dinâmicos" "Há uma ânsia", escreve Boulding, "de fazer da Economia uma astronomia das mercadorias, na qual as diversas variáveis econômicas, com preço, produção, etc. dansam em passo de cadência regular e precisa, como a música das esferas e em que o preço dos ovos é tão previsível como os eclipses da lua". "Não desejo de forma alguma", prossegue Boulding "depreciar os esforços tendentes a descobrir relações regulares e previsíveis na vida econômica e social. Arguo contudo que a utilidade dessa modalidade dinâmica é extremamente ilimitada e que contanto elas possam às vezes contribuir para o esclarecimento da natureza dos processos econômicos, elas podem ser muito prejudiciais quando tomadas realmente a sério".

E depois de apresentar um trabalho matemático próprio sobre o grande Sistema H-D-H-, Boulding conclui que o seu trabalho "padece do mesmo defeito fatal a qualquer sistema dinâmico, qual o de presumir a constância de parâmetros que nunca são constantes por muito tempo".... "São uma ginástica interessante e nada mais".

Keynes que também não poderia ser acoimado de deficiente em Matemática, escrevia na sua Teoria Geral: "Uma proporção excessiva dos trabalhos de Matemática Econômica são puras confecções, tão imprecisas quanto as hipóteses iniciais de que partem, permi-

tindo ao autor abstrair das complexidades e interdependências do mundo real, numa massa de símbolos tão pretenciosos quanto inúteis”.

Não se conclua daí, que os economistas possam dispensar conhecimentos de Matemática superior, especialmente de Geometria Analítica e de fundamentos de Cálculo Diferencial e Integral. Há problemas econômicos que não podem ser expressos com clareza e precisão senão através a representação gráfica ou em linguagem matemática.

Mas daí a julgar que os mais complexos problemas de uma ciência social como a Economia, podem ser resolvidos pelos “modelos dinâmicos”, dos que se divertem em confeccioná-los, vai uma enorme distância.

De outro lado não se deve deixar de assinalar uma tendência recente, sobretudo entre nós, de economistas que procuram invadir o campo da Engenharia.

Quando vejo certos “planejamentos” tenho impressão de que os economistas que os formulam, julgam que, antes do seu advento, a Engenharia não sabia preparar orçamentos nem fazer cálculos de rentabilidade.

Presenciei de uma feita o caso de um distinto economista estrangeiro que para aqui havia sido chamado — por extraordinário que pareça — para estudar o problema das sêcas do Nordeste. Ao fim de algumas semanas êste ilustre economista, não se dando conta de que o tinham colocado em seara alheia, estava projetando bombas de irrigação e organizando tarifas diferenciais para suprimento de água...

Eu estive dos dois lados. Dos 50 anos de vida profissional dediquei a primeira metade à Engenharia e a segunda aos estudos de Economia. Não tenho dúvida que para planejamento de obras, orçamentos e cálculos de rentabilidade, os Engenheiros estão bem melhor aparelhados do que os economistas.

Aqui termino neste canto do cisne, esta já longa dissertação ao fim de uma também longa carreira, para dizer-lhes daquilo que pude observar e daquilo que pude concluir como contribuição para uma melhor formação de economistas capazes de corresponder ao que de nossa classe de profissionais universitários tem o Brasil o direito de esperar.

SUMMARY

In this article, some of the problems raised by the teaching of Economics in Brazil are examined, as well as the delimitation of the economist's field of activities.

It should be pointed out that although the system of study of the Economic Sciences consolidated in Decree-Law N.º 7,988 of September 22, 1945 represented incomparable progress in relation to the courses of Administration and Finance which had been established in Brazil by the Law of 1931, the author does not consider the teaching ministered to-day as satisfactory. On the contrary, he considers it to be marked with serious deficiencies. But these deficiencies are not a result of the statute, nor is the correction of these flaws dependent upon a structural reform.

There exist, for Prof. Gudín, two great deficiencies in the teaching ministered by the School of Economic Sciences and, probably in other Schools of the University of Brazil:

- 1) the part-time lecturer; and
- 2) worse, the part-time student.

The case of the part-time lecturer is hard to solve under present conditions in the country for several reasons:

a) the relative shortage of eminent men in the great professions of Medicine, Engineering, Law and Economics results in a heavy demand for them from various sectors of their respective professional activities;

b) the absence of the idea of a university lecturer who lives on the "campus" for the purposes of study and research, and to attend to his students, contenting himself with a modest standard of living;

c) the excessive number of Universities, nearly dependent on official support and, therefore, financially ill-endowed, not being able to offer a satisfactory remuneration to the lecturers.

In the case of the part-time student, who only devotes his mornings to the School attending theoretical lectures on five or six disciplines, there remains little time for seminars and, even less, for the practical studies or tasks which are absolutely necessary. *Even if there were a well provided and organized library, there would be no time to make use of it.*

1) The author proposes night courses as a remedy for those students who are not free to attend university activities in the daytime. But in this eventuality, the number of subjects in the night courses would have to be reduced by half or nearly half; instead of six disciplines, 3 or 4; instead of 3 or 4 years of study, 6 or 7.

2) To increase by all means, including through subsidies to the University itself, the number of scholarships to be granted to students who show ability, but who lack the means for study.

There are three other measures, of a complementary nature, whose adoption would, according to Prof. Gudin, facilitate appreciably the work of the students :

- 1) the organization and installation of a good library;
- 2) the introduction of the tutorial system used in British universities;
- 3) to hold, within the University itself, gratuitous or nearly gratuitous courses in the main languages indispensable for university study.

Furthermore, the author points out that experience has shown that while the best students in each class, those who really acquire professional capacity, have little difficulty in finding employment, the rest who represent perhaps, on the average, 90% of those who graduate, are unable to enter the profession satisfactorily.

Under these conditions, it should be explained to candidates and students commencing their studies at the School of Economic Sciences that there are two kinds of studies for them choose from. Those which lead to complete qualification, designed to train economists to fill posts in the economic and research staffs of Federal Ministries, of the statistical centers of the Central Bank and other large banks, of the Social Insurance and Pensions Institutes, of large-scale enterprises, etc. requiring special ability and preparation which are not obtainable by everyone. And studies

which are also of great use to the country, but which do not demand such a high degree of knowledge. Such is the case of business management and of advanced accountancy.

These considerations perhaps make it opportune to define the contours and limits of the economist's profession in Brazil.

According to the author, the exercise of this profession is the object of two serious misunderstandings. The first, on the part of large enterprises, large industries, banks, etc. which ought to have one or more economists on their staffs. On the other hand, there is a misunderstanding in the opposite direction, so to speak, in that the field of economic discussions is invaded by amateurs without any theoretical background. The fact that one exercises an economic activity in Commerce, Industry, Banking or Agriculture is regarded as a sufficient qualification for holding forth on the economic problems of the country.

An invasion of a different kind is that of those who intend to solve economic problems by invariably resorting to Mathematics, as if the Physical Sciences or Astronomy were concerned. This does not mean that economists can dispense with some knowledge of Higher Mathematics, especially of Analytic Geometry and of the elements of Differential and Integral Calculus. There are economic problems which cannot be expressed in a clear and precise manner without the use of graphic representation or mathematical language. But to conclude from this that most complex problems of a social science such as Economics can be solved by the "dynamic models" of those who amuse themselves with building them is to go too far.

On the other hand, one cannot neglect to point out a recent tendency, especially amongst us, on the part of economist to invade the field of Engineering.

The author notes in certain "plans", an assumption on the part of the economists who formulate them that, before their advent, engineers did not know how to draw up budgets nor how to calculate productivity.

RESUMÉ

Dans cet article se trouvent examinés quelques uns des problèmes soulevés par l'enseignement économique au Brésil aussi bien que les frontières de l'activité professionnelle de l'Economiste.

L'auteur met en évidence le progrès considérable que représente le regime des études des Sciences Economiques conforme au decret loi n.º 7.988 du 22 septembre 1945 par rapport aux cours de Sciences Administratives et Financières créés au Brésil par la loi de 1931. Toutefois l'auteur ne considère pas pourtant que l'enseignement soit donné de façon satisfaisante. Les faiblesses ne découlent d'ailleurs pas du regime et leur correction ne relève pas d'une réforme de structure.

Selon le Professeur GUDIN il existent deux grandes défaillances dans l'enseignement de la Faculté de Sciences Economiques de l'Université du Brésil et probablement des autres Facultés de la même université.

1.º Un professorat à temps partiel

2.º Une scolarité à temps partiel.

Le premier problème est d'une solution difficile dans les conditions actuelles du pays et ceci pour diverses raisons.

a) une rareté relative d'hommes éminents dans les grandes professions: Médecine, Ingénieur, Droit, Économie. Si bien qu'ils se trouvent fortement sollicités par les divers secteurs professionnels.

b) l'absence de la notion de professeur d'université vivant dans le "campus" pour l'étude, la recherche et les étudiants, tout en s'astreignant à un train de vie modeste.

c) Le nombre excessif d'Universités presque toutes subventionnées par le Gouvernement Federal et par conséquent disposant de fonds insuffisants et ne pouvant offrir de rémunérations satisfaisantes au corps professoral.

En ce qui concerne les étudiants à temps partiel ces derniers ne consacrent que leurs matinées à la Faculté et suivent des cours théoriques de 5 ou 6 matières différentes si bien qu'ils ne disposent, en aucune façon, du temps nécessaire pour assister aux séminaires et travaux pratiques indispensables.

L'auteur propose como remèdes.

1.º Des cours du soir pour les étudiants qui ne disposent pas de la journée pour les travaux universitaires. Mais dans ce cas le nombre des cours du soir devra être réduit environ de moitié. Les six matières devront être réduites à trois et la durée du cours étendue sur six années.

2.º Accroître pour tous les moyens y compris les moyens budgétaires de l'Université, le nombre des bourses à attribuer aux étudiants qui font preuve de capacité.

Trois mesures complémentaires sont de nature à faciliter le travail des étudiants.

1.º l'amélioration de l'organisation matérielle des bibliothèques.

2.º la création de "tuteurs" suivant l'exemple britannique.

3.º créer dans les Universités des cours gratuits des principales langues indispensables aux études universitaires.